

ACM acusa quem não vota pelas eleições gerais

Salvador — "Quem está com medo de eleições gerais é porque não está confiando no voto do povo, é porque não está bem com o povo", disse ontem, em Salvador, o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães. Segundo ele, a tese de convocação de eleições em todos os níveis para o próximo ano está crescendo a medida em que o tempo passa "porque será uma oportunidade para o eleitorado confirmar ou negar apoio a muitos que prometeram nos palanques, mas não cumpriram as promessas de trabalhar em defesa do povo".

— As eleições gerais no próximo ano possibilitariam, inclusive, a realização de um plebiscito sobre a forma de governo — observou o ministro.

Antônio Carlos acredita que a proposta de parlamentarismo, aprovada na Comissão de Sistematização, "não vingará, pois já nasceu morta", na medida

em que não foi fruto de uma posição ideológica, mas sim ocasional, salvo por parte de alguns tradicionais parlamentaristas.

Quanto à questão do mandato presidencial, Antônio Carlos admitiu que o assunto voltará a ser amplamente discutido na Assembleia Nacional Constituinte.

O ministro das Comunicações também criticou as constantes reuniões entre governadores do PMDB, mesmo considerando natural que eles se reúnam, argumentando que as populações dos estados ficariam mais satisfeitas se os governadores estivessem trabalhando nos locais onde foram eleitos.

— O País vive pedindo trabalho e eficiência dos governantes. Mas alguns governadores, como é o caso de Waldir Pires, da Bahia, passam a maior parte do tempo fora do Estado, abandonando a administração.

Ulysses já admite sua candidatura

Mas insiste que é cedo para lançamento, pois faltam ainda definições

GIVALDO BARBOSA



Mauro Benevides (esq.) e Mário Covas (dir.) receberam Ulysses na Base Aérea de Brasília

Da Sucursal

São Paulo — Já assumindo a sua condição de candidato à Presidência da República, "se essa for a decisão do partido", o presidente da Constituinte, da Câmara e do PMDB retoma hoje as suas atividades no Congresso Nacional disposto a "apartar brigas". Ontem, ao deixar sua casa paulista para embarcar junto com o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, para Brasília, Ulysses reafirmou a sua obsessão por acelerar os trabalhos finais da Constituinte, para dotar o País o quanto antes de uma nova Carta.

"Vou exaurir as minhas energias para ter logo uma Constituição. Este País precisa ter uma Constituição" — frisou o deputado, destacando que, como presidente da Constituinte, o dia em que promulgar a nova Carta será talvez o mais feliz de sua vida. Apesar da pressão, Ulysses defende a proposta de que agora as emendas sejam apresentadas em Plenário, como deseja o Centrão, mas limitadamente: três para cada constituinte, seis possibilidades de destaque.

Essa fórmula, acredita o presidente da Constituinte, irá facilitar a tramitação da matéria e oxigená-la. "Se nós transcemos as apresentações de emendas, como no regimento atual, certas idéias que saíram dos debates da sociedade e da imprensa não poderiam ser acolhidas para eventualmente serem introduzidas na Constituição."

Ulysses disse que seu trabalho esta semana em Brasília será o de apartar brigas, porque terça ou quarta-feira haverá a votação do regimento, onde há pontos antagônicos. "Já marquei várias reuniões para ver se chegaremos a um texto de intermediação porque será crônico, termos confrontos por causa do Regimento. O Regimento não é o fim, é o meio e não pode atrapalhar o fim, que é a Constituição", ponderou o deputado.

Para o presidente do PMDB, que acompanhou nos últimos dias de sua casa o início da corrida para

a sucessão presidencial, o momento ainda não é de lançar candidaturas. "Estamos dando os primeiros passos. Como se pode falar em candidatura se não se sabe se será parlamentarismo ou presidencialismo? — indagou. Assegurou, em seguida, que nos próximos dois meses o PMDB concentrará todos os esforços para concluir a Constituinte; depois sim, se concentrará na sucessão.

Sobre as pesquisas divulgadas neste final de semana, que colocam Brizola ou Quéricia na preferência do eleitorado, Ulysses não demonstrou a menor preocupação: "a luta sucessória sequer foi deflagrada. Não sabemos se o regime será presidencialista ou parlamentarista, o que muda essencialmente o problema até frente à consciência de quem está respondendo". Acrescentou ainda que, se dependesse de pesquisas, Oréstez Quéricia não seria governador de São Paulo, nem Kennedy presidente dos EUA: "de forma que é cedo para dar significação até remota a pesquisas dessa ordem".

O presidente da Constituinte não acredita em rompimento do PMDB com o presidente José Sarney, como chegou a ser proposto na reunião dos governadores com o senador José Richa, no Rio de Janeiro: "Essa palavra não foi proferida nas visitas dos governadores Miguel Arraes, Tasso Jereissati e Waldir Pires e nem no grande número de telefonemas que recebi. Não acredito que o clima que estava aqui fosse mudar no Rio. E eu contesto essa posição".

No último dia de repouso de Ulysses Guimarães em São Paulo, ele foi pela manhã a uma igreja, a pedido de sua esposa, dona Mora. Na volta recebeu o ex-ministro Dilson Funaro, que negociou a sua candidatura à Presidência. Por volta das 14h, o deputado saiu para almoçar na casa de sua cunhada e só retornou às 16h para pegar as malas. Como havia combinado com o ministro Bresser Pereira, embarcaram juntos às 17h no hangar da Líder, em Congonhas, para Brasília.

Reativa-se o Grupo dos 32

Diante da expectativa da divisão do plenário da Constituinte em torno de temas fundamentais do texto constitucional, o Grupo dos 32 volta a se reunir a partir das 15h desta terça-feira, mais uma vez buscando o consenso sobre toda a questão que não diga respeito ao mandato presidencial e ao sistema de governo. Não se sabe ainda se deste reatamento de relações dos parlamentares que integram o grupo — do PMDB, PDS, PL, PFL e PDT — irá surgir um projeto Hércules III, seguindo o processo iniciado entre agosto e setembro, mas a meta é tentar apresentar uma alternativa que concilie as divergências.

O senador José Richa (PMDB/PR), coordenador dos trabalhos do grupo, já convidou os 32 constituintes para a primeira reunião desta nova etapa de trabalho. Desta vez, além da posição unificada do Movimento Unidade Progressista, MUP, ele tem que negociar com a diversidade do Centrão, que aglutina inclusive alguns dos 32, como o deputado Bonifácio de Andrada (PDS/MG). Este dado, no entanto, parece não representar problema, pois como lembra o senador Virgílio Távora (PDS/CE) o Grupo dos 32 é absolutamente impossível e "não é contra ninguém".

Virgílio Távora, que juntamente com Richa e o ex-deputado Israel Pinheiro Filho deram início à formação do "Grupo dos 32", está confiante neste reatamento. Ele lembra a "maneira de agir muito construtiva" do grupo, que foi responsável por vários acordos que levaram à conciliação durante os trabalhos da Sistematização. "O Cabral II — Substitutivo emendada pela Comissão — aprovou 77 por cento do texto

do Hércules II", lembra Távora.

"Vamos tentar mais uma vez a conciliação, afinal, nossa obrigação é tentar", reafirma o Senador. Ele já adiantou que sistema de governo e mandato presidencial são questões que não fazem parte da pauta de trabalho do grupo, pois são assuntos de "convicção pessoal". Mas há, segundo Távora, uma série imensa de temas controversos sobre os quais se debruçarão os 32 constituintes. Ele acredita que esta tentativa mais uma vez dará resultados. "Todo mundo jurava que não se conseguiria votar a reforma agrária na Sistematização senão com muita briga. Pois bem: conseguimos um acordo que resolveu o problema", admitiu Virgílio Távora.

A reforma agrária, certamente, será mais uma vez objeto de discussão dos 32, mas o grupo agora se depara com outras questões resultantes da votação do substitutivo do relator Bernardo Cabral pela Comissão de Sistematização. Estes pontos se encontram, principalmente, nos títulos dos direitos e garantias fundamentais, ordem econômica e ordem social. Já ressaltados pelo deputado Francisco Dornelles (PFL/RJ) durante esta semana, Távora cita como integrantes da pauta de discussão a estabilidade no emprego e a imprescritibilidade das ações trabalhistas.

Segundo Dornelles, um dos pontos mais discutíveis do projeto de Constituição é o do monopólio da distribuição de derivados de petróleo. Para ele, o dispositivo aprovado pela Sistematização pode levar à estatização completa da distribuição do produto, já que a Petrobrás fica facultado o direito de transferir esta tarefa a empresas nacionais.

Definidos os nomes para quarta estrela

Rio — As promoções de oficiais-gerais já estão definidas e serão efetivadas na próxima quarta-feira. Os generais-de-divisão Everaldo de Oliveira Reis, Mário Orlando Sampaio, Wilberto Luiz Lima e Luiz da Silva Vasconcelos serão promovidos ao posto de general-de-exército. A informação foi dada ontem, no Rio, por uma alta fonte militar.

Na Marinha, o atual comandante da Esquadra, vice-almirante Mário César Flores, será promovido ao posto de almirante-de-esquadra enquanto na Aeronáutica, o comandante do III Comando Aéreo Regional, major-brigadeiro Márcio Drummond, será promovido a tenente-brigadeiro.

O general Wilberto Luiz Lima, promovido ao mais alto posto da carreira, poderá ser substituído no comando da I Divisão de Exército (a Vila Militar do Rio) pelo general Antônio Luiz da Rocha Veneu. O general Lima poderá ser o novo comandante do Comando Militar do Leste, pois seu atual chefe, general Eduardo Martins, será o chefe do Estado-Maior do Exército, confirmando-se a informação divulgada anteriormente.

O general Everaldo de Oliveira Reis comandou a 9ª Região Militar, a 4ª Região Militar e a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Outro promovido, Mário Orlando Sampaio, exerceu a chefia do Centro de Informações do Exército (na época do ministro Walter Pires), comandante da 4ª Região Militar e comandante da 4ª Região Militar do Planalto.

Wilberto Luiz Lima estava na secretaria geral do Conselho de Segurança Nacional na época do movimento de 31 de março de 64, e serviu com o general Reynaldo Mello de Almeida no antigo I Exército (atual Comando Militar do Leste), quando o ministro Leônidas Pires Gonçalves era chefe do Estado-Maior do I Exército. O general Lima foi assessor especial do então presidente Ernesto Geisel, serviu no Estado-Maior do Exército, foi adido militar nos Estados Unidos e chefe do gabinete do ministro Walter Pires. O quarto oficial promovido a general-de-exército, Luiz da Silva Vasconcelos, foi assessor de comunicação social do então ministro Sylvio Frota e exerceu comandos importantes da hierarquia do Exército.

Covas pensa em disputa no Plenário

A liderança do PMDB na Constituinte retoma, a partir de hoje, as negociações com o Centrão e o objetivo de encontrar uma solução de consenso que viabilize a aprovação das modificações no Regimento Interno da Constituinte. Mas o líder, senador Mário Covas (PMDB-SP), não quer revelar qual a estratégia que usará para evitar o confronto "Nosso argumento é o voto", ressaltou.

Ao comentar o substitutivo do senador Mário Benevides (PMDB-CE), relator do Projeto de Resolução propondo a mudança do regimento, Covas admitiu que embora não seja totalmente aceito pela corrente progressista do partido, há boas chances de ser aprovado. Segundo ele, ao permitir a apresentação de apenas três emendas, a proposta de Benevides prejudicará as 59 mil emendas que já foram apresentadas desde o início dos trabalhos da Constituinte.

Covas alertou, no entanto, que não há a menor chance de a liderança do PMDB concordar com os argumentos do Centrão quanto à exigência de 280 votos como quorum necessário para a aprovação das preferências e dos destaques. "A maioria deve assegurar a minoria e não inviabilizá-la", argumentou.

Outro ponto de discordância com o Centrão é quanto a apresentação de substitutivos globais. Segundo o senador Mário Covas, a liderança concorda com a apresentação de emendas por artigos, inclusive substitutivos para emendar uma seção inteira. Em sua opinião, acatar as exigências do Centrão, que quer a apresentação de um substitutivo global ao texto aprovado pela Comissão de Sistematização, significa eliminar todos os avanços obtidos até agora.

Jutahy quer candidatura de consenso

Salvador — A busca de uma linha de compromissos e objetivos com a Nação é mais importante neste momento do que a definição de um nome para suceder ao presidente José Sarney. A recomendação e do senador Jutahy Magalhães (PMDB-BA) que aconselha seu partido a "costurar com calma, buscando uma candidatura de unidade, que possa congregiar em torno de ideais e compromissos" as diversas facções e linhas de pensamento que se a abrigam na legenda.

Jutahy vê no momento um quadro político "muito confuso" e a discussão em torno dos grandes problemas políticos nacionais "repleta de falácias".

Benevides admite ampliar as emendas

Em novo substitutivo que deverá elaborar sobre os projetos que pretendem alterar o Regimento Interno da Constituinte o 1º vice-presidente da Assembleia, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), poderá acolher a proposta de que cada constituinte tenha direito a apresentar cinco — e não apenas três — emendas ao Cabral III, aprovado na Comissão de Sistematização. Mas rejeitará a sugestão de que não haja limite para a apresentação de emendas, porque isso, em sua

opinião, significaria proterlar os trabalhos da Constituinte.

Benevides disse ontem, que iria transmitir ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, todos os entendimentos que manteve com as lideranças partidárias sobre a matéria, e observou: — Meu parecer tem que refletir o pensamento da Mesa. E é preciso buscarmos o consenso, para evitarmos numa primeira hora um confronto que poderia ocorrer na parte subst

tantiva, do debate constitucional, mas nunca na adjetiva, do Regimento.

O senador considerou que o ideal será votar as alterações no Regimento amanhã. Ele defende a promulgação do projeto de resolução no próximo dia 27. Com os prazos para o encaminhamento de emendas e o parecer do relator Bernardo Cabral é possível que o plenário comece a apreciar o projeto constitucional somente no dia 7 de dezembro.

Governadores falam em programa mínimo

O PMDB vai apresentar à Nação uma proposta de programa de governo para dar início à disputa pela sucessão do presidente Sarney, já que as principais lideranças do partido acreditam que as eleições presidenciais acontecerão, irreversivelmente, no ano que vem, opinião respaldada em contatos diretos dos governadores com o Presidente que também entende que o plenário não modificará a decisão da Comissão de Sistematização e decidiu não interferir na questão.

A idéia de redigir um programa surgiu neste final de semana em conversa dos governadores Moreira Franco, do Rio de Janeiro, Miguel Arraes, de Pernambuco, Waldir Pires, da Bahia e o senador José Richa, reunidos no Palácio das Laranjeiras.

A elaboração de um Plano de Metas, com compromissos claros e objetivos, foi considerada na reunião do Rio de Janeiro a melhor forma de elevar o nível do debate político e evitar que a participação do PMDB na disputa pela sucessão do Presidente se limite a uma discussão em torno de nomes.

Moreira Franco, lembrando que a transição acabou e que o País vive a pior crise econômica de sua história, disse: "Mais importante do que quem vai levar a bandeira é definirmos as cores desta bandeira. Devemos ela-

borar um Plano de Metas, uma proposta de programa de governo que qualquer cidadão possa entender e discutir.

O governador do Rio de Janeiro considerou positiva a coincidência, em novembro de 88, das eleições municipais com a eleição presidencial, afirmando que esta será uma forma de levar esta proposta de programa de governo elaborada pelo PMDB ao cotidiano dos cidadãos. Moreira Franco esclareceu que as conversas entre governadores, que começaram com a grande reunião em que estiveram presentes no Palácio das Laranjeiras os 22 governadores eleitos pelo PMDB e prosseguiram durante os dois últimos fins de semana, se repetirão.

Moreira Franco acredita que vai ganhando adesões dentro do PMDB a sugestão de que se realize um plebiscito nacional para decidir o regime de governo. O senador José Richa, um dos primeiros a levantar a defesa do parlamentarismo já concordou com a tese. O argumento principal é que o presidencialismo no Brasil é fruto do voto popular e que a mudança do sistema de governo, necessariamente, por uma questão ética, deve ser novamente submetida às urnas.

A idéia segundo Moreira é realizar este plebiscito de forma desvinculada da eleição do próximo presidente da República.

Souto não vê ameaça de rompimento

Salvador — O geólogo baiano Paulo Ganem Souto disse ontem, em Salvador, que sua nomeação para a superintendência da Sudene não pode ser encarada como fator determinante de eventual rompimento do PMDB e do governo federal. A possibilidade de o partido romper com o presidente Sarney foi discutida na véspera, no Rio, durante o almoço oferecido pelo governador Moreira Franco ao colega Miguel Arraes, de Pernambuco, e do senador José Richa.

Souto anunciou que tão logo assuma o cargo — a data, informou, será definida hoje — visitará todos os governadores do Nordeste, quando deixará clara a disposição de realizar um trabalho integrado.

— Nessas conversas, pretendo sinalizar todos os caminhos e demonstrar a intenção de que esse trabalho integrado, que já existe, seja estimulado — afirmou Souto, acrescentando que pretende visitar inclusive o governador da Bahia, Waldir Pires, apesar da insatisfação manifestada por este quanto à sua nomeação para a Sudene.

O novo superintendente não quis comentar a anunciada disposição dos governadores da Bahia, Waldir Pires, e de Pernambuco, Miguel Arraes, de não comparecer a próxima reunião do Conselho Deliberativo da Sudene, marcada para a próxima sexta-feira, em Recife, por não concordarem com a indicação de Souto para o cargo.

Eleição primária pode vir

O deputado Ulysses Guimarães, afirmou ao desembarcar em Brasília, que "não pode haver campanha presidencial nenhuma", porque não se sabe o sistema de governo que será adotado, não se conhecem as datas e nem as condições em que se darão as convenções partidárias. Já que alguns setores defendem eleições primárias, Ulysses defendeu a necessidade de todos os partidos e políticos concentrarem suas energias na votação da Constituição.

Ulysses chegou às 19h, acompanhado pelo ministro da Fazenda e pelo presidente do Banco Central, Fernando Millet, e desceu do avião sob os aplausos dos políticos que o aguardavam. Bem-humorado, fazendo brincadeiras, ele disse que hoje tentará um entendimento para que a votação da alteração do Regimento Interno seja facilitada.

— Não é possível que um regimento atrapalhe a Constituição. Vou fazer um apelo ao bom-senso, para chegarmos a um resultado satisfatório.

Indagado sobre sua posição de segundo colocado em pesquisas de opinião sobre os candidatos à Presidência da República, Ulysses repetiu que está inteiramente dedicado ao trabalho da Constituinte, que considera histórico, e afirmou que se a escolha do presidente da República é importante, a elaboração de uma Constituição é ainda mais, "porque passa sobre muitos presidentes".

— Me impressiono muito mais do que eventualmente ser um candidato em ser um coordenador, o presidente da Constituinte. Sobre o fato de o ex-governador Franco Monto-

ro ter admitido ser candidato à Presidência ontem, (ver página 4) em Roma, Ulysses brincou:

— Em Roma? É um bom lugar, agradável — disse, para observar que se fosse candidato escolheria uma cidade como Roma ou Paris, voltando a ficar sério, dizer que Montoro é um dos nomes mais dignos do PMDB, mas que o lançamento de sua candidatura é "precoce".

Sobre o rompimento com Sarney, que estaria sendo pregado pelos governadores do Nordeste, afirmou ter conversado "mais de duas horas" com Waldir Pires, da Bahia, Miguel Arraes, de Pernambuco, e Tasso Jereissati, do Ceará, e "essa questão não foi sequer tratada, não está em cogitação".

Voltando a falar em Constituinte, Ulysses disse que acha difícil um acordo sobre sistema de governo, porque aí o que há é "uma convicção profunda, filosófica, doutrinária", mas observou que tudo o que for suscetível de ser resolvido através da conversa será objeto de negociação.

Ulysses foi recebido no hangar da Líder/Táxi Aéreo pelo ministro da Ciência e Tecnologia, Luiz Henrique, pelos líderes do PMDB e do PDS na Constituinte, Mário Covas e Amarel Netto, pelo 1º vice-presidente da Câmara, Homero Santos, pelos 1º e 2º vice-presidentes da Constituinte, Mauro Benevides e Jorge Arbage, pelo senador Edison Lobão, e pelos deputados Aluizio Campos, Heráclito Fortes, Jutahy Júnior, Edme Tavares e Siqeuira Campos. Ao último, Ulysses dirigiu-se chamando-o de governador do Tocantins.

Gaúchos defendem a depuração do PMDB

Porto Alegre — Uma depuração do PMDB foi defendida ontem, pelo vice-líder do partido na Assembleia Nacional Constituinte, deputado Antônio Brito Filho (PMDB-RS). Ele argumenta que durante a fase de transição democrática o partido transformou-se numa frente excessivamente ampla, mas necessária para as negociações na Constituinte até a promulgação do novo texto.

Esta estratégia de aliança tirou a identidade ideológica e doutrinária do partido e se o "PMDB não se reclar, sua tendência é implodir", afirmou o deputado gaúcho, na reunião de encerramento do 1º Congresso Estadual do PMDB.

Brito prevê para o próximo ano a estruturação de um partido menor e mais depurado ideologicamente, capaz de enfrentar as elei-

ções diretas para a Presidência da República.

O senador Paulo Bisol (PMDB-RS) também sonha com uma depuração e disse que atualmente é impossível se falar em candidaturas a Presidência da República. Pela falta de unidade ideológica "o nosso partido perdeu a identidade com as alianças realizadas para a fase de transição", afirma Bisol, concordando com Brito.